

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA POUPEX - Exercício de 2018

1. Sobre a POUPEX

Associação de Poupança e Empréstimo (APE), caracterizada como instituição civil mutualista, sem fins lucrativos, criada e gerida pela Fundação Habitacional do Exército (FHE) nos termos da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Submetida às normas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e ao seu Estatuto, atua em todo o território nacional por meio de agências próprias, unidades de atendimento da FHE e do Banco do Brasil S.A. Opera com recursos captados, majoritariamente, em caderneta de poupança e tem por objetivos permanentes a captação, o incentivo e a disseminação da poupança, proporcionando ou facilitando a aquisição e a construção da casa própria. Como produtos, oferece a Caderneta de Poupança POUPEX e o Financiamento Imobiliário POUPEX, em suas diversas modalidades. Mais de 129.000 (cento e vinte e nove mil) financiamentos já foram concedidos em todo o país.

Conta com um sistema de governança corporativa que garante o alinhamento das ações institucionais com os interesses dos associados, das organizações parceiras, da sociedade em geral e com o conceito de responsabilidade socioambiental.

Além do atendimento presencial, a POUPEX oferece atendimento telefônico por meio de sua Central de Relacionamento, com suporte para o atendimento a deficientes auditivos ou de fala. Conta, também, com uma Ouvidoria comprometida em respeitar e evidenciar a importância do cliente.

Mantém estrutura de pessoal qualificado e em quantidade compatível para atender, nas melhores condições, as demandas provenientes de seu negócio e para permitir o alcance de seus objetivos. Em 31 de dezembro de 2018, contava com 7 dirigentes, 1.307 empregados e 102 estagiários. Além desses, apoiávamos 59 jovens aprendizes selecionados entre integrantes da parcela mais carente da sociedade.

2. Contexto econômico

O ano de 2018 foi caracterizado pela recuperação gradual da economia, manutenção de taxa de inflação em baixos patamares, redução da taxa básica de juros da economia e por uma recuperação da atividade econômica menor do que a projetada no início do ano.

Segundo o Comitê de Política Monetária (COPOM) do Banco Central (BACEN), em nota publicada ao final de dezembro último, o conjunto dos indicadores de atividade econômica mostrava sinais compatíveis com a recuperação gradual da economia brasileira, embora operasse, ainda, com alto nível de ociosidade dos fatores de produção, refletido nos baixos índices de utilização da capacidade da indústria e, principalmente, na taxa de desemprego.

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cujo valor este ano alcançou 3,75%, contra os 2,95% registrados em 2017, permaneceu em níveis históricos baixos e, juntamente com outros fatores, proporcionou a retomada do consumo e da atividade econômica de forma geral.

Paralelamente à queda da inflação, que veio sendo experimentada desde o 2º semestre de 2016, o BACEN, considerando a evolução favorável da conjuntura, reduziu a taxa Selic para 6,5% ao ano em março, o menor nível da história.

No início de 2018, a mediana das expectativas do Produto Interno Bruto (PIB) para o ano, oriundas da pesquisa Focus, publicada pelo Banco Central, apontava crescimento real de 2,7%. Até o fechamento deste relatório, os mesmos analistas apontavam para um desempenho no ano abaixo de 1,5%.

A captação da caderneta de poupança teve mais um ano positivo, sendo uma das melhores performances dos últimos 10 anos.

3. Desempenho da POUPEX

A Associação apresentou resultado de R\$ 39.077 mil ao final do exercício de 2018. O retorno sobre o patrimônio líquido anualizado foi de 3,78% (desconsiderando, no PL, o valor dos recursos dos associados poupadores). As receitas atingiram R\$ 634.937 mil e as despesas somaram R\$ 595.860 mil.

Em 31 de dezembro de 2018, computou patrimônio líquido de R\$ 6.729.514 mil, com aumento de 12,31% em relação à mesma posição de 2017. Na mesma comparação, os ativos tiveram um incremento de 16,98%, atingindo R\$ 8.583.768 mil.

A POUPEX manteve sua participação de 9,6521% no capital da Companhia Brasileira de Securitização (CIBRASEC).

BALANÇOS PATRIMONIAIS			
em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)			
ATIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		5.745.821	4.786.114
Disponibilidades	3.b e 4	9	15
Aplicações interfinanceiras de liquidez	3.c e 5	4.050.568	2.928.969
Aplicações em depósitos interfinanceiros		4.050.568	2.928.969
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	286.889	414.315
Carteira própria		286.889	414.315
Relações interfinanceiras	3.e e 7	1.152.822	1.137.548
Créditos vinculados		1.152.822	1.137.548
Depósitos no Banco Central		1.152.700	1.137.491
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		122	57
Operações de crédito	3.f e 8	202.261	250.652
Operações de crédito		265.844	272.768
Setor privado		265.844	272.768
Provisão para operações de crédito	3.f e 8.g	(63.583)	(22.116)
Outros créditos	9	52.720	54.223
Rendas a receber		99	276
Diversos		52.621	53.947
Outros valores e bens	3.g e 10	552	392
Outros valores e bens		915	743
Provisões para desvalorizações		(393)	(360)
Despesas antecipadas		30	9
Ativo não circulante		2.837.947	2.551.663
Realizável a longo prazo		2.800.612	2.504.073
Títulos e valores mobiliários e derivativos	3.d e 6	534.342	439.097
Carteira própria		534.342	439.097
Relações interfinanceiras	3.e e 7	901.243	783.930
Créditos vinculados		96.505	90.567
SFH - Sistema Financeiro da Habitação		152.636	143.769
Provisão para perdas - FCVS		(56.131)	(53.202)
Repasse interfinanceiros		804.738	693.363
Operações de crédito	3.f e 8	1.328.626	1.265.423
Operações de crédito		1.378.103	1.342.910
Setor público		14.338	-
Setor privado		1.363.765	1.342.910
Provisão para operações de crédito	3.f e 8.g	(49.477)	(77.487)
Outros créditos	9	5.356	6.808
Diversas		5.356	6.808
Depósitos judiciais		4.614	6.099
Diversos		742	709
Outros valores e bens	3.g e 10	31.045	8.815
Outros valores e bens		31.045	8.815
Investimentos	3.h e 11	7.810	7.810
Outros investimentos		7.810	7.810
Imobilizado de uso	3.i e 12	13.973	17.077
Imóveis de uso		9.253	9.253
Outras imobilizações de uso		33.193	32.095
Depreciações acumuladas		(28.473)	(24.271)
Intangível	3.j e 13	15.552	22.703
Ativos intangíveis		25.347	32.861
Amortizações acumuladas		(9.795)	(10.158)
TOTAL		8.583.768	7.337.777

PASSIVO			
em 31 de dezembro de 2018 e 2017 - (Em milhares de Reais)			
PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante		1.854.254	1.345.634
Depósitos	14	1.359.902	941.126
Depósitos Interfinanceiros		242.111	53.782
Depósitos a prazo		1.117.791	887.344
Recursos de aceites e emissão de títulos	15	388.176	311.946
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		388.176	311.946
Outras obrigações	16	106.176	92.562
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	16.a	56	12
Fiscais e previdenciárias	16.b	8.620	12.735
Diversos	16.c	97.500	79.815
Provisão com despesas de pessoal		41.728	39.845
Provisão para contingências		15.166	26.253
Diversos		40.606	13.717
Patrimônio líquido	17	6.729.514	5.992.143
Recursos de associados poupadores		5.689.849	5.000.168
Reservas de resultados		1.035.172	996.095
Ajustes de avaliação patrimonial		4.493	(4.120)
TOTAL		8.583.768	7.337.777

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS				
Semestre e Exercício findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em milhares de Reais)				
	Nota	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Receitas da intermediação financeira		310.255	588.747	659.189
Operações de crédito	7.e e 8.c	127.277	247.305	269.861
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.b e 6.c	153.376	280.257	328.695
Resultado das aplicações compulsórias	7.e	29.602	61.185	60.633
Despesas da intermediação financeira		(222.269)	(384.288)	(406.992)
Operações de captação no mercado	14, 15 e 17.a	(177.488)	(339.094)	(383.169)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.g	(44.781)	(45.194)	(23.823)
Resultado bruto da intermediação financeira		87.986	204.459	252.197
Outras receitas/despesas operacionais		(86.283)	(167.899)	(164.935)
Rendas de tarifas bancárias		2.494	4.847	4.552
Despesas de pessoal	18.b	(61.238)	(117.473)	(122.215)
Outras despesas administrativas	18.c	(20.982)	(38.332)	(42.579)
Despesas tributárias	18.d	(10.745)	(19.690)	(22.417)
Outras receitas operacionais	18.a	11.678	28.509	38.882
Outras despesas operacionais	18.e	(7.490)	(25.760)	(21.158)
Resultado operacional		1.703	36.560	87.262
Resultado não operacional	18.f	1.042	2.517	2.725
Resultado líquido		2.745	39.077	89.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

A Caderneta de Poupança POUPEX fechou o ano de 2018 com captação positiva de R\$ 444.224 mil. Os recursos dos associados poupadores somavam R\$ 5.689.849 mil em 31 de dezembro de 2018, evidenciando acréscimo de 13,79% em relação ao volume registrado no mesmo período de 2017 (R\$ 5.000.168 mil). No último dia do mês de dezembro, havia 1.616.143 associados à poupança POUPEX, quantidade 1,07% maior se comparada ao mesmo período de 2017 (1.598.989).

Com o objetivo de ampliar as fontes para o crédito imobiliário, desde 2016, a POUPEX mantém um programa de emissão de Letras de Crédito Imobiliário (LCI). Durante o exercício de 2018, foram realizadas emissões em um montante de R\$ 330.356 mil.

Outra fonte de resultados foi a emissão de Depósito Interfinanceiro Imobiliário (DII), consistindo na cessão, mediante remuneração, de parte do excesso de direcionamento de recursos de poupança. Em dezembro de 2018, o saldo em DII era de R\$ 242.111 mil.

Quanto ao produto Financiamento Imobiliário, de janeiro a dezembro foram concedidos 3.870 financiamentos, sendo 3.868 para pessoas físicas e 2 para pessoas jurídicas, alcançando o montante de R\$ 324.185 mil. Deste total: R\$ 181.515 mil corresponderam a contratações na linha de material de construção, R\$ 78.228 mil na linha de aquisição/construção de imóveis e empréstimos com garantia imobiliária e R\$ 64.442 mil para pessoas jurídicas. Conforme disposto no Artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068, de 08 de novembro de 2001, a Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX tem R\$ 223.349 mil (valor de mercado) em títulos mantidos até o vencimento para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o final da curva, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

4. Destaques nas atividades da POUPEX

Em 2018, foram destaques:

- revalidação da Política de Responsabilidade Socioambiental (PRSA);
- aprovação da Política para Avaliação da Recuperação dos Ativos (IMPAIRMENT) em atenção às diretrizes do CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis;
- criação do Comitê de Riscos (CORIS) em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/2017;
- nomeação de responsável pela política de segurança cibernética em atenção à Resolução CMN nº 4.658/2018;
- alteração dos limites de crédito do financiamento para construção/aquisição de imóveis residenciais em atenção à Resolução CMN nº 4.691/2018.
- redução de taxa de juros do financiamento para a linha de crédito de aquisição de terreno urbanizado e aumento do prazo máximo para financiamento;
- redução da taxa de juros em operações de crédito imobiliário nas linhas de aquisição e construção de imóvel residencial;
- redução da taxa de juros e aumento do valor a financiar para a linha de material de construção, com vigência até 28/12/2018;
- instigação de canal de voz para autorização de saques dos recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- certificação CA-600 da ABECIP/FGV de 541 empregados;
- aprovação da estratégia de transformação digital "POUPEX 360" que tem por grande objetivo a mudança de relacionamento da Instituição com seu público, promovendo o aprimoramento dos seus produtos, dos seus processos e do atendimento em geral;
- desenvolvimento de projetos com enfoque social como: incentivo a campanhas beneficentes; participação de seus empregados em eventos esportivos; apoios e patrocínios a atletas e às instituições de assistência social.

Os resultados, os processos, a valorização contínua de seus recursos humanos e as iniciativas de caráter socioambiental demonstram a condução de uma governança adequada aos propósitos e à missão da Instituição.

ERON CARLOS MARQUES

Presidente

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO					
Semestre e Exercício findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em milhares de Reais)					
	2º Semestre 2018	%	Exercício 2018	%	Exercício 2017
1 - Receitas	280.154		577.847		679.451
1.1 - Intermediação financeira	310.255		588.747		659.189
1.2 - Prestação de serviços	2.494		4.847		4.552
1.3 - Provisão para crédito de liquidação duvidosa - (constituição)	(44.781)		(45.194)		(23.823)
1.4 - Outras	12.186		29.447		39.533
2 - Despesas de intermediação financeira	177.488		339.094		383.170
3 - Insumos adquiridos de terceiros	23.530		53.342		52.163
3.1 - Materiais, energia e outros	10.957		18.934		21.165
3.2 - Serviços de terceiros	2.720		5.002		5.603
3.3 - Outras	9.853		29.406		25.395
3.3.1 - Outras despesas administrativas	1.894		3.013		3.887
3.3.2 - Outras despesas operacionais	7.489		25.759		21.158
3.3.3 - Despesas não operacionais	470		634		350
4 - Valor adicionado bruto (1-2-3)	79.136		185.411		244.118
5 - Depreciação, amortização e exaustão	5.407		11.348		11.878
6 - Valor adicionado líquido produzido pela Entidade (4-5)	73.729		174.063		232.240
7 - Valor adicionado recebido em transferência	85		484		673
7.1 - Dividendos e juros sobre o capital próprio	85		484		673
8 - Valor adicionado total a distribuir (6+7)	73.814	100,00	174.547	100,00	232.913
9 - Distribuição do valor adicionado	73.814	100,00	174.547	100,00	232.913
9.1 - Pessoal	51.500	69,77	98.535	56,45	103.508
9.1.1 - Remuneração direta	36.959		71.036		74.052
9.1.2 - Benefícios	10.950		21.055		20.182
9.1.3 - FGTS	3.591		6.444		9.274
9.2 - Impostos, taxas e contribuições	19.564	26,50	36.924	21,15	39.400
9.2.1 - Federais	18.647		35.550		38.308
9.2.2 - Estaduais	-		25		28
9.2.3 - Municipais	917		1.349		1.064
9.3 - Remuneração de capitais de terceiros	5	0,01	11	0,01	18
9.3.1 - Aluguéis	5		11		18
9.4 - Remuneração de capitais próprios	2.745	3,72	39.077	22,39	89.987
9.4.1 - Resultados retidos/prejuízos do exercício	2.745		39.077		89.987

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO			
Semestre e Exercício findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em milhares de Reais)			
	2º Semestre 2018	Exercício 2018	Exercício 2017
Fluxos de caixa provenientes das operações	2018	2018	2017
Resultado líquido	2.745	39.077	89.987
Ajustes ao resultado líquido	43.284	48.829	37.332
Provisão para operações de crédito	44.781	45.194	23.823
Provisão para perdas - Créditos Vinculados	1.635	2.929	7.420
Provisão/(Reversão) para perdas - FCVS	(61)	(60)	4
Depreciações/Amortizações	5.407	11.348	10.773
(Reversão)/Perda por valor recuperável - Impairment	(162)	(162)	1.105
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	(8.891)	(11.018)	(5.867)
Baixa do ativo imobilizado por obsolescência/doação	23	46	74
Reclassificação de At			

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Semestre e Exercício findos em 31/12/2018 e 31/12/2017 (Em milhares de Reais)					
	Recursos dos associados	Reserva de resultados (estatutária)	Ajustes de avaliação patrimonial	Resultados acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.484.693	906.108	(7.615)	-	5.383.186
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	3.495	-	3.495
Juros	254.640	-	-	-	254.640
Atualização	27.376	-	-	-	27.376
Captação líquida do exercício	233.459	-	-	-	233.459
Resultado líquido do exercício	-	-	-	89.987	89.987
Destinações:					
Reservas	-	89.987	-	(89.987)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.000.168	996.095	(4.120)	-	5.992.143
Mutações do exercício	515.475	89.987	3.495	-	608.957
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.000.168	996.095	(4.120)	-	5.992.143
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	8.613	-	8.613
Juros	242.889	-	-	-	242.889
Atualização	2.568	-	-	-	2.568
Captação líquida do exercício	444.224	-	-	-	444.224
Resultado líquido do exercício	-	-	-	39.077	39.077
Destinações:					
Reservas	-	39.077	-	(39.077)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.689.849	1.035.172	4.493	-	6.729.514
Mutações do exercício	689.681	39.077	8.613	-	737.371
Saldo em 30 de junho de 2018	5.306.101	996.095	(4.003)	36.332	6.334.525
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	8.496	-	8.496
Juros	123.486	-	-	-	123.486
Atualização	2.568	-	-	-	2.568
Captação líquida do semestre	257.694	-	-	-	257.694
Resultado líquido do semestre	-	-	-	2.745	2.745
Destinações:					
Reservas	-	39.077	-	(39.077)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	5.689.849	1.035.172	4.493	-	6.729.514
Mutações do semestre	383.748	39.077	8.496	(33.587)	397.734

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2018
Valores expressos em milhares de Reais

1 A Instituição e suas operações

A Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, organizada nos termos do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966, sob a forma de associação civil mutualista, de acordo com as Leis nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e nº 7.750, de 13 de abril de 1989, e demais disposições legais, regulamentares e disciplinadoras do Sistema Financeiro da Habitação – (SFH). A matriz da Associação de Poupança e Empréstimo - POUPEX está localizada na Avenida Duque de Caxias, S/N, Setor Militar Urbano, Brasília – DF, Brasil. A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE e tem por objetivo permanente: captar, incentivar e disseminar a poupança, propiciando ou facilitando a aquisição e a construção de casa própria aos seus associados. A POUPEX compõe o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo - (SBPE) e o Sistema Financeiro da Habitação, sendo supervisionada pelo Banco Central do Brasil – (BACEN).

A POUPEX é uma Instituição sem finalidade lucrativa e, por esse motivo, é isenta do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido sobre as rendas geradas pela sua atividade-fim, conforme disposto no art. 7º do Decreto-Lei nº 70, de 21 de novembro de 1966. Os rendimentos e os ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras são tributados exclusivamente na fonte à alíquota de quinze por cento, calculada sobre vinte e oito por cento do valor dos referidos rendimentos e ganhos líquidos, conforme disciplinado no art. 57 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996.

A Caderneta de Poupança POUPEX tem o processamento realizado pelo Banco do Brasil S.A. mediante convênio estabelecido entre as partes, envolvendo a abertura, a manutenção e a movimentação das contas, com o apoio da sua rede de agências e terminais representados por sua capilaridade comercial no País. Deste modo, as atividades relacionadas ao produto Poupança POUPEX são conduzidas com o apoio da estrutura física e tecnológica do Banco do Brasil S.A. Em conformidade com o Estatuto da POUPEX, o Banco do Brasil S.A. ocupa, atualmente, duas cadeiras de participação no Conselho de Administração. Todos os associados poupadores da POUPEX possuem, necessariamente, conta-poupança estabelecida com o Banco do Brasil S.A. para fazer frente às movimentações.

Além da poupança, a POUPEX conta hoje com operações passivas em letras de crédito imobiliário – (LCI), depósitos interfinanceiros imobiliários – (DII) e depósitos especiais.

2 Apresentação das demonstrações contábeis

a. Base de apresentação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com observância às normas e às instruções do Conselho Monetário Nacional – (CMN) e do Banco Central do Brasil – (BACEN) alinhadas ao Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – (COSIF). A demonstração do valor adicionado – (DVA), requerida pela legislação societária brasileira apenas para as companhias abertas, está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX em conjunto com as demonstrações contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – (CPC) emite pronunciamentos, orientações e interpretações contábeis alinhadas às Normas Internacionais de Relatório Financeiro – (IFRS em inglês). Os pronunciamentos aprovados pelo Conselho Monetário Nacional – (CMN) que são aplicáveis à POUPEX são os seguintes: CPC 00 (R1) – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro; CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos; CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa – (DFC); CPC 04 (R1) – Ativo Intangível; CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas; CPC 23 – Políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro; CPC 24 – Evento Subsequente; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes; CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pelo Conselho de Administração em reunião de 21 de março de 2019 e não há eventos subsequentes a serem divulgados.

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

c. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, requer que a Administração use de julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 8); a provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis (Nota Explicativa nº 16); a valorização de instrumentos financeiros (Nota Explicativa nº 6); a provisão para perdas do FCVS (Nota Explicativa nº 7) e outras provisões que porventura venham a surgir. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua liquidação.

3 Resumo das principais práticas contábeis

a. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados estão registradas pelo valor atualizado segundo o critério *pro rata die* com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. As operações com encargos financeiros prefixados estão registradas pelo valor de resgate retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando efetivamente realizadas.

b. Caixa e equivalentes de caixa

O total de caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias, contados a partir da data da aplicação (Nota Explicativa nº 4).

c. Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável (Nota Explicativa nº 5).

d. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor de aquisição, inclusive corretagens e emolumentos, e classificam-se nas categorias abaixo, observada a regulamentação contida na Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001. A Instituição não possui títulos mantidos para negociação na data-base das demonstrações contábeis (Nota Explicativa nº 6).

i. Títulos mantidos até o vencimento

São os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos. A capacidade financeira é definida em projeções de fluxo de caixa, desconsiderada a possibilidade de resgate antecipado desses títulos.

ii. Títulos disponíveis para venda

Podem ser vendidos pontualmente a partir do comportamento do cenário econômico, porém sem a intenção de serem ativa e frequentemente negociados. São contabilizados pelo valor de mercado, sendo os rendimentos intrínsecos reconhecidos nas demonstrações de resultado e os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor de mercado, ainda não realizados, reconhecidos em conta específica do Patrimônio Líquido - “Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos Disponíveis para Venda” - até a sua realização por venda. A metodologia de ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários foi estabelecida com observância a critérios consistentes, formais, objetivos, verificáveis e transparentes. Abaixo, apresentamos a metodologia de apuração dos títulos disponíveis para venda:

ii.1 Fundos de investimentos

A carteira está representada, em sua maioria, por títulos públicos federais e seus valores de mercado são definidos por critérios da Administração do Fundo de Investimento, respeitando as determinações da Comissão de Valores Mobiliários – (CVM), bem como as orientações da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – (ANBIMA).

ii.2 Títulos CVS

A metodologia de precificação consiste na apuração do valor presente do fluxo de caixa futuro, descontado pela “curva de cupom de TR” divulgada diariamente pela [B]³ - Brasil, Bolsa, Balcão.

Os rendimentos obtidos pelos títulos e valores mobiliários, independentemente de como estão classificados, são apropriados *pro rata temporis*, observando o regime de competência até a data do vencimento ou da venda definitiva, pelo método exponencial ou linear, com base nas suas cláusulas de remuneração e na taxa de aquisição distribuída no prazo de fluência, reconhecidos diretamente no resultado do período. Esses títulos possuem previsão de pagamento mensal de juros e amortização de principal.

As perdas permanentes com títulos classificados como disponíveis para venda e como mantidos até o vencimento são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo. Quando da alienação, a diferença apurada entre o valor da venda e o custo de aquisição atualizado pelos rendimentos é considerada como resultado da transação, sendo contabilizada na data da operação como resultado com títulos e valores mobiliários.

e. Relações interfinanceiras e provisão para perdas

Estão demonstradas pelo valor principal, atualizadas pelas rendas e pelos encargos incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais (Nota Explicativa nº 7).

Provisão para perdas sobre os créditos vinculados ao SFH - Fundo de Compensação de Variações Salariais – (FCVS): a provisão para perdas relativas à opção pela novação dos créditos do FCVS, considerada suficiente pela Administração, é calculada levando em consideração o histórico de perdas informado pela administradora do fundo (Caixa Econômica Federal) durante os estágios do procedimento de novação (Nota Explicativa nº 7.c).

f. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito estão demonstradas pelo valor principal, acrescido dos juros e da atualização monetária, incorridos até a data do balanço, adotando-se para a apropriação o critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo). A classificação das operações com atraso superior a 14 dias é tratada como operações em curso anormal. A norma permite a contagem em dobro dos prazos previstos no inciso I do art. 4º, da norma citada, para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses. As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, inclusive, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita quando realizadas. As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por 180 dias.

A provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, considerada suficiente pela Administração, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999 (Nota Explicativa nº 8).

g. Despesas antecipadas

Correspondem à parcela paga antecipadamente pelos direitos e serviços a serem recebidos, cujo benefício será incorrido em períodos futuros (Nota Explicativa nº 10).

h. Investimentos

Referem-se à participação societária em que não há nenhum tipo de influência significativa e estão avaliados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável (Nota Explicativa nº 11).

i. Imobilizado de uso

Registrado e avaliado pelo custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável de ativos quando identificadas por meio de avaliação técnica consubstanciada por laudo emitido por profissional qualificado de acordo com a NBR 14653 Parte 1 (Procedimentos Gerais) e Parte 2 (Imóveis Urbanos). O cálculo da depreciação é realizado utilizando-se o método linear, com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 12 e leva em consideração o tempo de vida útil econômica estimada dos bens.

j. Intangível

Os ativos intangíveis são compostos por itens sem substância física, separadamente identificáveis, com vida útil definida, referindo-se basicamente aos desembolsos para aquisição de *softwares* por meio de contratos. São amortizados durante sua vida útil econômica estimada e são registrados pelo custo de aquisição e demais despesas para colocá-lo em disponibilidade de uso deduzidos da amortização acumulada, calculada mensalmente, conforme mencionada na Nota Explicativa nº 13.

k. Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros - Imparidade

Os imóveis de uso são revisados ao final de cada período de reporte para verificar se há alguma indicação/ evidência de redução ao *valor recuperável* por meio de avaliação técnica por profissional contratado para este fim conforme previsto na NBR 14653.

Uma perda por redução ao *valor recuperável* é reconhecida pelo valor ao qual o *valor contábil* do ativo excede seu *valor recuperável*. Ao passo que, uma reversão da perda por redução ao *valor recuperável* é reconhecida quando essa perda registrada em período anterior não mais exista ou tenha diminuído.

Este último é o valor mais alto entre o *valor justo* de um ativo menos os custos de venda e o *valor em uso*.

l. Ativos contingentes e provisões para passivos contingentes

Estão reconhecidos com base na avaliação e na estimativa de risco de perda das ações judiciais e dos processos administrativos, em conformidade com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representados pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exigível. Atualmente, não há ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis da Instituição.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, lastreado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança (Nota Explicativa nº 16).

m. Demais ativos e passivos

Estão demonstrados pelo valor de custo, atualizados pelos encargos e pelos juros incorridos até a data do balanço, com base no critério *pro rata temporis*, de acordo com a fluência dos prazos contratuais.

4 Caixa e equivalentes de caixa

a. Composição geral

	31/12/2018	31/12/2017
Disponibilidades	9	15
Caixa	9	15
Aplicações interfinanceiras de liquidez/títulos e valores mobiliários¹	3.815.423	2.837.732
Total de caixa e equivalentes de caixa	3.815.432	2.837.747

i - Composição das aplicações interfinanceiras de liquidez e TVM consideradas equivalentes de caixa:

Título	Emissor	31/12/2018	31/12/2017
CDI	Banco do Brasil S.A.	3.807.747	2.832.061
Fundo	BB CP Auto	37	1
Fundo	BB CP 400 mil	104	101
Fundo	BB RF CP Corporativo 10 milhões	7.535	5.569
Total		3.815.423	2.837.732

Referem-se a operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Os fundos não possuem vencimento pré-definido e podem ser resgatados a qualquer momento.

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as aplicações interfinanceiras estão assim demonstradas:

a. Composição

	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em depósitos interfinanceiros	4.050.568	2.928.969
Não ligadas	4.050.568	2.928.969
Classificação do Ativo		
Circulante	4.050.568	2.928.969

Vencimento em dias	0-30	31-180	181-365	Total	%
CDI-OVER	3.807.747	-	-	3.807.747	94,01
CDI-POS	3.086	97.232	142.503	242.821	5,99
Total	3.810.833	97.232	142.503	4.050.568	100,00

A remuneração média anualizada do 2º semestre de 2018 das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 6,39% a.a. (8,29% a.a. no 2º semestre de 2017) para as aplicações no Banco do Brasil indexadas ao CDI; 10,13% a.a. (9,53% a.a. no 2º semestre de 2017) para os Fundos de Investimento administrados pelo BB Gestão de Recursos – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (BB DTVM). Considerando o ano de 2018, a remuneração das aplicações financeiras que compõem a carteira da POUPEX foram as seguintes: 6,42% a.a. (9,95% a.a. em 2017) para valores aplicados no Banco do Brasil, indexados ao CDI; 6,93% a.a. (10,48% a.a. em 2017) para aplicações nos demais Bancos, e 7,73% a.a. (10,51% a.a. em 2017) para os Fundos de Investimento administrados pela BB DTVM.

b. Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez (registradas no grupo resultado de operações com títulos e valores mobiliários nas demonstrações de resultados)

	2º Semestre 2018	Exercício 2018	2017
Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	119.060	214.065	247.307

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2018
 Valores expressos em milhares de Reais

f. Composição da carteira de crédito e provisão para perdas, nos correspondentes níveis de risco

Nível de risco	% Provisão	31/12/2018		31/12/2017	
		Valor das Operações	Valor da Provisão	Valor das Operações	Valor da Provisão
AA	-	936.696	-	767.489	-
A	0,5	376.264	1.881	437.117	2.186
B	1	95.743	957	118.947	1.189
C	3	58.750	1.763	79.960	2.399
D	10	10.991	1.099	19.663	1.966
E (i)	30	87.507	32.675	152.813	57.100
F	50	4.430	2.215	6.022	3.011
G	70	3.653	2.557	6.382	4.467
H	100	69.913	69.913	27.285	27.285
Total		1.643.947	113.060	1.615.678	99.603

(i) Por determinação do Banco Central do Brasil, na data base de 31 de maio de 2013, a POUPEX reclassificou os contratos "desequilibrados" que se encontravam nos níveis "AA" até "D" para o nível "E", tendo em vista a aplicação de percentual médio histórico de descontos concedidos pela Administração da Instituição sobre os contratos desequilibrados. Além disto, ainda de acordo com a determinação do Banco Central do Brasil, os contratos "desequilibrados" classificados nos níveis de risco "F" a "H" foram reclassificados para o nível de risco "E", desde que não apresentassem atraso que justificasse a permanência nesses níveis de riscos, observadas as determinações do inciso I e do § 2º do art. 4º da Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

g. Movimentação das contas de provisões sobre operações de liquidação duvidosa e créditos baixados como prejuízo

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2017	2017
Saldo no início	(85.534)	(99.603)	(98.899)	
Baixas para prejuízo	40.483	73.546	41.967	
Recuperação do prejuízo	(24.496)	(43.077)	(18.848)	
Provisão constituída líquida de reversões	(43.513)	(43.926)	(23.823)	
Saldo no final	(113.060)	(113.060)	(99.603)	

Classificação no ativo

Circulante	(63.583)	(63.583)	(22.116)
Não circulante	(49.477)	(49.477)	(77.487)
Total	(113.060)	(113.060)	(99.603)

h. Outras informações
Contratos desequilibrados

A carteira de crédito da POUPEX possui na data base de 31 de dezembro de 2018 o total de contratos desequilibrados no valor de R\$ 144.435 (R\$ 154.578, em 31 de dezembro de 2017) de saldo devedor de contratos de operações de financiamento imobiliário com característica de alto desequilíbrio financeiro, ou seja, contratos em que a soma das prestações vinculadas às operações não são suficientes para a amortização integral do saldo devedor, remanescente, ao final da operação, parcela a amortizar. Foram celebrados no período de 1987 a 1994 e a ocorrência se deu em função do elevado processo inflacionário e insucessos de vários planos econômicos, bem como da utilização de índices distintos para atualizar a prestação (Plano de Equivalência Salarial) e dos saldos devedores pela remuneração básica da caderneta de poupança.

Com a proximidade do vencimento dos prazos destes contratos, previstos para os anos de 2018 a 2023, a Diretoria da empresa adotou medida conservadora, provisionando valor suficiente para fazer face à alta probabilidade de perda na realização dessa carteira, conforme previsto na Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999. A decisão foi de elevação dos níveis de risco para "H", com a constituição de provisão complementar, com a seguinte metodologia: contratos com término de prazo em 2018 e 2019, contabilizados em dezembro de 2018; término de prazo em 2020 para dezembro de 2019 e assim sucessivamente. O método adotado será concluído em 2023, resultando em provisão de 100% do saldo devedor de todos os contratos da carteira de "créditos desequilibrados". Além disso, a POUPEX mantém a ação de renegociação dos contratos na tentativa de reverter a provável perda. O montante da provisão para essa carteira em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 92.434 (R\$ 63.521, em 31 de dezembro de 2017).

A provisão para os contratos adimplentes classificados no Nível E é de 37,75%, conforme determinação do Banco Central do Brasil – (BACEN). Quando computadas as operações em prejuízo com característica de "desequilíbrio", o estoque de saldo, em 31 de dezembro de 2018, passa a ser de R\$ 212.870 (R\$ 215.926, em 31 de dezembro de 2017).

Créditos Renovados e Renegociados

	Total da Carteira	
	2º Semestre de 2018	
Créditos Renegociados	266.352	
Saldo inicial (i)	1.482	
Recuperados do prejuízo (ii)	(4.875)	
Transferidos para prejuízo (iii)	5.023	
Renegociados (iv)	91.399	
Renovados no semestre (v)	(92.892)	
Liquidados (vi)	969	
Juros incorporados (vii)	(14.639)	
Valores amortizados (viii)	252.819	
Saldo no final (ix)	252.819	
Composição dos Renegociados		
Renovados	183.612	
Renegociados por atraso	69.207	
Total	252.819	

Onde:

- (i) **Saldo no início** - Corresponde ao saldo da referência anterior (1º semestre de 2018).
 (ii) **Recuperados do Prejuízo** - Corresponde ao saldo das operações que estavam em prejuízo na referência anterior e que foram recuperadas por pagamento ou refinanciamento no último semestre.
 (iii) **Transferidos para Prejuízo** - Corresponde ao saldo das operações historicamente refinanciadas e que por reincidir na inadimplência foi transferido para prejuízo no último semestre.
 (iv) **Renegociados** - Corresponde ao saldo das operações refinanciadas no último semestre.
 (v) **Renovados** - Créditos renovados de operações não vencidas.
 (vi) **Liquidados** - Corresponde ao saldo das operações liquidadas no último semestre.
 (vii e viii) **Juros Incorporados e Valores Amortizados** - Correspondem aos juros incorporados nas operações e às amortizações do período.
 (ix) **Saldo no final** - Corresponde ao saldo da referência atual.
 Os valores para os créditos renovados receberam tratamento sistêmico a partir do segundo semestre de 2017 e neste semestre iniciou-se o reporte para os valores referidos como "renovados" no quadro acima. Por este motivo, não há valores comparativos com posição em 30/06/2017.

9 Outros créditos
a. Composição do grupamento

	31/12/2018		31/12/2017	
	99	276	57.977	60.755
Rendas a receber	99		276	
Diversos	57.977		60.755	
Adiantamento e antecipações salariais	2.628		2.606	
Adiantamentos para pagamento de nossa conta	473		151	
Devedores por depósitos em garantia	4.614		6.099	
Pagamentos a ressarcir	1.569		1.423	
Devedores diversos – País	48.578		50.476	
Outros	115		-	
Total	58.076		61.031	

Classificação do ativo

Circulante	52.720	54.223
Não circulante	5.356	6.808
Total	58.076	61.031

Rendas a receber

Registra os juros sobre capital próprio e os dividendos a receber provenientes de investimentos.

Adiantamentos e antecipações salariais

Registra os adiantamentos e as antecipações concedidos aos empregados da Instituição.

Adiantamentos para pagamento de nossa conta

Registra os adiantamentos concedidos às Unidades Administrativas e Pontos de Atendimento.

Devedores por depósitos em garantia

Registram os depósitos decorrentes de exigências legais para interposição de recursos trabalhistas, mutuários e outros.

Outros impostos/Contribuições a compensar

Registra valores de impostos e contribuições retidos na fonte por terceiros ou que a instituição tenha o direito de compensar, de acordo com a legislação tributária vigente.

Pagamentos a ressarcir

Referem-se a valores a serem ressarcidos à Instituição referentes a seguros, programa de apoio à educação e outros.

Devedores diversos – País

Registra, por titular, as importâncias devidas à instituição por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país.

Composição

	31/12/2018		31/12/2017	
	-	315	13.552	14.361
Sistema PEX/Poupança Livre - Não Sujeitas a Compulsório	-		315	
Consignação a receber de terceiros	13.552		14.361	
Complemento de prestações a receber	3.888		3.809	
Valores a receber da FHE	31.002		31.641	
Outros	136		350	
Total	48.578		50.476	

Consignação a receber de terceiros

Refere-se a valores consignados de prestações imobiliárias e de prêmio de seguro que ainda não sensibilizaram a conta corrente da Instituição.

Complementos de prestações a receber

Registram a diferença apurada entre os valores devidos e os valores pagos das prestações imobiliárias pelos mutuários.

Valores a receber da FHE

Registra o valor de responsabilidade da Fundação Habitacional do Exército - FHE sobre o custo de pessoal da POUPEX e de despesas de tecnologia.

10 Outros valores e bens

	31/12/2018		31/12/2017	
	31.567	9.198	31.643	9.175
Outros valores e bens	31.567		9.198	
Bens não de uso próprio	31.643		9.175	
Material em estoque	317		383	
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	(393)		(360)	
Despesas antecipadas	30		9	
Total	31.597		9.207	

Classificação do ativo

Circulante	552	392
Não circulante	31.045	8.815
Total	31.597	9.207

Bens não de uso próprio

Registra os bens de propriedade da Instituição, recebidos em dação em pagamento, arrematação ou adjudicação de financiamentos habitacionais.

Material em estoque

Registra o valor de material de expediente adquirido para estoque.

Provisão para desvalorização de outros valores e bens

Registra o valor da provisão da não venda dos bens registrados na conta "bens em regime especial".

Despesas antecipadas

Registra os pagamentos antecipados de seguros e garantias estendidas.

11 Investimentos

Referem-se à participação acionária de 9,6521% na Companhia Brasileira de Securitização – (CIBRASEC), no valor de R\$ 7.810, em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017. A POUPEX não possui nenhum tipo de influência significativa nessa investida.

O montante apropriado de juros referente à participação acionária na CIBRASEC em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 251 (R\$ 446, em 31 de dezembro de 2017).

12 Imobilizado de uso

Imobilizado	Taxa de depreciação - %	Custo	(Perda)/Reversão por Valor		Exercício	
			Recuperável	Depreciação	2018 - líquido	2017 - líquido
Edificações	4	9.253	(943)	(2.191)	6.119	6.327
Móveis e equipamentos de uso	10	5.787	-	(3.542)	2.245	2.380
Sistema de comunicação	20	798	-	(658)	140	243
Sistema de processamento de dados	20	25.718	-	(20.471)	5.247	7.734
Sistema de transportes	20	890	-	(668)	222	393
Total		42.446	(943)	(27.530)	13.973	17.077

	Exercício 2018					Saldo final 31/12/2018
	Saldo inicial 31/12/2017	Aquisições	(Perda)/Reversão por Valor Recuperável	Baixas/Transferência	Depreciação	
Edificações	6.327	-	162	-	(370)	6.119
Móveis e equipamentos de uso	2.380	408	-	(101)	(442)	2.245
Sistema de comunicação	243	5	-	(15)	(93)	140
Sistema de processamento de dados	7.734	1.120	-	(318)	(3.289)	5.247
Sistema de transportes	393	-	-	-	(171)	222
Total	17.077	1.533	162	(434)	(4.365)	13.973

	Exercício 2017					Saldo final 31/12/2017
	Saldo inicial 31/12/2016	Aquisições	(Perda)/Reversão por Valor Recuperável	Baixas/Transferência	Depreciação	
Imobilizações em curso	740	-	-	(740)	-	-
Edificações	7.059	-	(1.105)	740	(367)	6.327
Móveis e equipamentos de uso	2.843	206	-	(225)	(444)	2.380
Sistema de comunicação	358	27	-	(26)	(116)	243
Sistema de processamento de dados	11.125	543	-	(445)	(3.489)	7.734
Sistema de transporte	569	-	-	-	(176)	393
Total	22.694	776	(1.105)	(696)	(4.592)	17.077

O índice de imobilização na POUPEX em relação ao patrimônio de referência é de 3,26%, em 31 de dezembro de 2018 (7,21%, em 31 de dezembro de 2017), sendo o limite máximo de 50% definido pelo BACEN.

No exercício de 2018, observando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 1 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, na Resolução CMN nº 3.566, de 29 de maio de 2018 e no IAS 36 *Impairment of Assets*, reconheceu-se uma reversão de perda por valor recuperável no valor de R\$ 162.

13 Intangível

Refere-se à aquisição de licenças de uso de *softwares*, sistemas e desenvolvimento. A amortização é efetuada de acordo com vida útil estimada após a entrada em produção.

	Exercício de 2018					
	Saldo inicial 31/12/2017	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	Saldo Final 31/12/2018
Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento.	22.702	-	-	(409)	(6.741)	15.552

	Exercício de 2017					
	Saldo inicial 31/12/2016	Adições	Baixas	Reclassificação	Amortização	Saldo Final 31/12/2017
Licenças de uso de <i>Softwares</i> , Sistemas e Desenvolvimento	23.852	4.413	-	-	(5.563)	22.702

14 Depósitos
a. Interfinanceiros

Depósitos Interfinanceiros Imobiliários - O valor atualizado do DII na posição 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 242.111 (em 31 de dezembro de 2017 R\$ 53.781).

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2018	2017
Despesas de captação	3.820		4.737	
DII	3.820		4.737	

Despesas de captação com depósitos interfinanceiros (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultado)

b. A prazo

As obrigações inscritas em "Depósitos a Prazo", no valor de R\$ 1.117.791, em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 887.344, em 31 de dezembro de 2017), compreendem os Depósitos Especiais, compostos pelo Fundo das três Forças: Exército, Marinha e Aeronáutica (remuneração é vinculada à taxa DI e à TR mais juros de 6,5% a.a.) e da Fundação Habitacional do Exército – FHE (remunerado pela TR mais juros de 6,5% a.a.). Esses recursos são depositados nos termos dos arts. 13 a 15 da Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980. Os referidos depósitos não possuem prazo de vencimento e sua liquidez é diária.

	2º Semestre		Exercício	
	2018	2018	2018	2017
Despesas de captação	33.255		62.093	
Depósitos especiais	33.255		62.093	

Despesas de captações com depósitos especiais (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

15 Recursos de aceites e emissão de títulos
Letras de Crédito Imobiliários – (LCI) negociadas por meio de corretoras

Referem-se à LCIs emitidas pela POUPEX e que estão disponibilizadas ao mercado por meio de corretoras contratadas para negociar os lotes. Os títulos emitidos atingem a disponibilidade para resgate a partir do 90º dia de sua venda, conforme art. 4º da Resolução CMN nº 4.410, de 28 de maio de 2015.

	31/12/2018		31/12/2017	
	388.176	311.946	345.666	311.946
Letras de Crédito Imobiliário – LCI	388.176		311.946	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2018
Valores expressos em milhares de Reais

c.4. Provisão para contingências

A composição dos saldos das provisões é a seguinte:

	31/12/2018	31/12/2017
Passivos trabalhistas (ii.1)	5.564	6.070
Provisão para riscos fiscais (ii.3)	-	7.792
Poupança (ii.2)	3.175	4.622
Financiamento imobiliário (ii.2)	6.364	7.485
Outros (ii.2)	63	284
Total	15.166	26.253

i. Movimentação das provisões para contingências

Contingências	Movimentação no exercício 2018			
	Saldo em 31/12/2017	Entradas/Transferências	Saídas	Saldo em 31/12/2018
Trabalhistas	6.070	5.646	(6.152)	5.564
Cíveis	12.391	1.400	(4.189)	9.602
Fiscais	7.792	-	(7.792)	-
Total	26.253	7.046	(18.133)	15.166

Contingências	Movimentação no exercício 2017			
	Saldo em 31/12/2016	Entradas	Saídas	Saldo em 31/12/2017
Trabalhistas	2.988	3.566	(484)	6.070
Cíveis	19.111	1.908	(8.628)	12.391
Fiscais	-	23.396*	(15.604)	7.792
Total	22.099	28.870	(24.716)	26.253

* Conforme Carta Circular BACEN nº 3.782, de 19 de setembro de 2016, o saldo da conta Provisão para Riscos Fiscais (rubrica excluída pela Carta Circular 3.782/2016), foi transferido, em 02/01/2017, para o grupo Outras Contingências Fiscais (rubrica incluída pela carta Circular 3.782/2016).

ii. Comentários sobre a natureza das provisões de riscos trabalhistas e cíveis

ii.1 Provisão para riscos trabalhistas

Objeto das ações trabalhistas: horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias, indenização por dano moral, restituição de descontos de seguro e previdência privada.

ii.2 Provisões para riscos cíveis

A Provisão para Riscos Cíveis está representada por ações ordinárias revisionais de contratos de financiamento imobiliário, ações de consignação e cobrança de expurgos inflacionários de poupança.

ii.3 Provisão para riscos fiscais

Diante da declaração de inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei nº 9.718, de 27 de novembro de 1998 (que trata, entre outros assuntos, das contribuições para os Programas de Integração Social - PIS e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS) pelo STF no julgamento do RE nº 390.840-5/MG, foi requerida judicialmente a aplicação dos seus efeitos à POUPEX. Adicionalmente, a Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, no art. 79, item XII, revogou esse dispositivo. O pleito encontra-se pendente de julgamento de Recurso Especial perante o Superior Tribunal de Justiça.

Os valores provisionados, observado o prazo de prescrição, e não recolhidos dos tributos relativos à COFINS e ao PIS, com os respectivos acréscimos legais, no montante de R\$ 7.792, em 31 de dezembro de 2017, foram integralmente revertidos, em 2 de janeiro de 2018, em função do prazo prescricional.

APOUPEX solicitou no requerimento acima a restituição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, eventualmente recolhidos, ou recolhidos a maior, ou sua compensação com quaisquer tributos ou contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, caso a decisão seja favorável a esta Instituição.

Os créditos tributários recolhidos, atualizados pela taxa SELIC, referentes à COFINS perfazem o montante de R\$ 154.391 e ao PIS, o de R\$ 17.215. Esses valores referem-se a contingências ativas e, por esse motivo, não estão registrados no ativo da POUPEX.

d. Passivos contingentes - Risco possível

As demandas classificadas com risco "possível" são dispensadas de constituição de provisão com base no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009. As demandas são classificadas como possíveis quando não há elementos seguros que permitam concluir o resultado final do processo e quando a probabilidade de perda é inferior à provável e superior à remota.

Os montantes evidenciados no quadro abaixo representam a estimativa do valor que possivelmente será desembolsado em caso de condenação da Instituição.

	Quantidade	31/12/2018	Quantidade	31/12/2017
Crédito Imobiliário	288	3.722	345	1.364
Empréstimo Simples	12	82	13	52
Fundo de Apoio Moradia – (FAM)	1	24	2	34
Material de Construção	1	5	3	2
Poupança	56	1.247	59	934
Trabalhista (vide nota ii.1)	6	4.213	4	1.568
Outros	3	9	3	3
Total	367	9.302	429	3.957

Ações - Condomínio

Objeto das ações: representam pedidos de pagamento de taxas condominiais vencidas e não pagas pelos mutuários, realização de obras dentro dos condomínios e pagamento de custas processuais e honorários advocatícios.

Ações - Crédito Imobiliário

Objeto das ações: representam pedidos de revisão de sistema de amortização, índices, recálculo do saldo devedor, aplicação de juros simples, repetição de indébito, não inclusão do nome do mutuário nos órgãos de proteção de crédito, não promoção de execução extrajudicial, aplicação do Plano de Equivalência Salarial – (PES), substituição da TR pelo INPC, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Empréstimo Simples, FAM (produtos da FHE)

Objeto das ações: revisão de contrato, sistema de amortização, nulidade de cláusulas (do seguro de proteção financeira e vencimento antecipado), indenização relativa ao seguro pela invalidez, inversão do ônus da prova, repetição de indébito e pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Material de construção

Objeto das ações: revisão no valor da dívida, exclusão de juros superiores a 12% ao ano, inversão do ônus da prova, repetição de indébito, pagamento de custas e honorários advocatícios.

Ações - Poupança

Com fulcro no disposto na Cláusula 11, itens 11.10 e 11.12, do Instrumento de Acordo Coletivo, que versa sobre planos econômicos, firmado em 11 de dezembro de 2017, entre FEBRABAN e entidades representativas dos poupadores, com a interveniência do BACEN e com a mediação da AGU, a Associação de Poupança e Empréstimo POUPEX aderiu ao referido instrumento e apresentou seu termo de adesão, nos autos do Recurso Extraordinário nº 631.363/SP, em curso no Supremo Tribunal Federal, para que surta os seus efeitos jurídicos. A POUPEX possui provisão para fazer frente a todos os resultados das negociações judiciais vindouras desde a adesão ao "Instrumento de Acordo Coletivo", não acarretando nenhum impacto aos resultados futuros da Instituição.

c.5. Sistema PEX/Poupança Livre - Não sujeitas a compulsória

Refere-se a valores de poupança que ainda não sensibilizaram a conta de poupança da Instituição.

17 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido da POUPEX é composto dos seguintes itens:

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido	6.729.514	5.992.143
Recursos de associados poupadores	5.689.849	5.000.168
Reservas de resultados	1.035.172	996.095
Ajustes de avaliação patrimonial	4.493	(4.120)

a. Recursos de associados poupadores

Representa os recursos captados por meio da Poupança POUPEX, conforme convênio firmado com o Banco do Brasil e referido na Nota Explicativa nº 1. Segundo as normas do Banco Central do Brasil – (BACEN), os depósitos dos poupadores são registrados no grupamento do Patrimônio Líquido e não no Passivo Exigível por se tratar de Instituição de Associação de Poupança e Empréstimo – (APE).

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Despesas de captação	129.638	252.723	289.284
Depósitos de Poupança	126.054	245.457	282.016
FGC	3.584	7.266	7.268

Despesas de captações com depósitos de poupança (registradas no grupo operações de captação no mercado nas demonstrações de resultados).

b. Reservas de resultados

Trata-se de reserva estatutária cuja finalidade é a de atender a possíveis emergências de ordem financeira e a de compensar as aplicações no imobilizado. O Conselho de Administração, por meio da Resolução nº 002, de 17 de abril de 2001, limitou essa reserva a 30% do valor da poupança. Sua constituição ocorre somente por ocasião do encerramento do exercício, conforme previsto no Estatuto da POUPEX.

c. Ajustes de avaliação patrimonial

Apresenta a variação da marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários (TVM) classificados na categoria disponível para venda.

18 Desdobramento de outros itens das demonstrações de resultados

a. Outras receitas operacionais

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Recuperação de encargos e despesas	5.903	11.524	10.517
Reversão de imposto de renda	918	1.729	1.751
Reversões de ações judiciais	4.320	5.690	8.776
Reversões de PIS e COFINS	63	7.855	15.604
Reversão-complemento de prestação	78	716	1.179
Outras rendas operacionais	234	833	1.055
Reversão de perdas por desvalorização	162	162	-
Total	11.678	28.509	38.882

b. Despesas de pessoal

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Salários	36.176	69.577	72.638
Benefícios	8.183	15.639	14.269
Encargos sociais	15.755	30.328	33.666
Treinamentos/estagiários	1.124	1.929	1.642
Total	61.238	117.473	122.215

c. Outras despesas administrativas

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Despesas de comunicação	834	1.800	1.595
Despesas de manutenção e conservação de bens	1.608	3.048	2.729
Despesas de material	538	1.111	950
Despesas de processamento de dados	1.128	2.177	4.882
Despesas de promoções e relações públicas	1.048	1.788	1.743
Despesas de propaganda e publicidade	3.178	3.891	3.023
Despesas de publicações	489	854	697
Despesas de serviços do sistema financeiro	1.824	3.673	5.031
Despesas de serviços de terceiros	1.006	2.154	1.847
Despesas de serviços técnicos especializados	1.698	2.824	3.739
Despesas de transportes	209	438	410
Despesas de viagens	346	655	878
Despesas com indenizações trabalhistas	122	124	1.016
Despesas com uniformes	573	640	53
Despesas de copa e cozinha	328	690	717
Despesas de consignação	436	873	880
Despesas de depreciação/amortização	5.407	11.348	11.879
Outras	210	244	510
Total	20.982	38.332	42.579

d. Despesas tributárias

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
IPTU	115	208	372
ITBI	661	837	330
Imposto de renda	3.207	5.566	6.690
IOF	313	608	537
Taxas	11	55	130
ISS	130	248	232
COFINS	5.426	10.467	11.862
PIS	882	1.701	1.927
Atualizações	-	-	337
Total	10.745	19.690	22.417

e. Outras despesas operacionais

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Retomada de imóveis	1.338	3.047	1.687
Contribuições para associações	109	265	218
Atualizações diversas	270	486	349
Resíduos de prestação/amortização/seguros	25	140	106
Descontos concedidos em renegociação	418	6.854	8.157
Despesas de contribuição ao SFH	-	-	1
Provisões para perdas com FCVS	1	2	7
Prejuízo com financiamento/sinistro	2.145	4.290	1.706
Despesas de provisões passivas	1.078	6.267	4.001
Complemento/Devolução de prestações	1.234	2.541	1.170
Despesas com imóveis de terceiros	360	1.081	1.658
Desp. Ações de Mutuár./Assoc. Poupadores	411	620	1.937
Outras	101	167	161
Total	7.490	25.760	21.158

f. Resultado não operacional

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Resultados na alienação de valores e bens	1.511	3.150	3.070
Perda líquida de capital	-	-	5
Prejuízos na alienação de valores e bens/permanente	(292)	(456)	(315)
Despesas com provisões não operacionais	(177)	(177)	(35)
Total	1.042	2.517	2.725

19 Partes relacionadas

A POUPEX é gerida pela Fundação Habitacional do Exército – FHE, conforme dispositivo previsto na Lei nº 6.855, de 18 de novembro de 1980, e estatutos de ambas. Nos termos dessa legislação, os administradores da POUPEX são cedidos e designados pela Fundação Habitacional do Exército – FHE. Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos aos administradores da POUPEX, formado pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, estão assim demonstrados:

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Composição da Remuneração:			
Honorários	1.979	3.896	3.771
Benefícios pós-emprego	277	557	585
Total	2.256	4.453	4.356

Divulgamos a seguir as transações existentes com a FHE:

Ressarcimento de custos: a POUPEX executa uma série de atividades para a sua gestora Fundação Habitacional do Exército – FHE. Em decorrência disso, a Associação é ressarcida mensalmente dos custos incorridos com a disponibilização de pessoal (exceto Diretoria) e de recursos de despesas de tecnologia, na proporção de 64,59% e 91,00%, respectivamente. No exercício de 2018, o montante de ressarcimento foi de R\$ 235.436 (R\$ 244.103, no exercício de 2017).

Depósitos - No grupo de depósito a prazo registram-se os depósitos especiais da FHE remunerados pela TR mais 6,5% de juros ao ano, cujo encargo totalizou, no exercício de 2018, R\$ 12.617 (R\$ 12.445, no exercício de 2017). Cessão de Crédito - Refere-se a financiamentos cedidos a esta instituição. A FHE efetuou operação de cessão de crédito à POUPEX no valor contábil de R\$ 170.073, no exercício de 2018 (R\$ 103.692, no exercício de 2017). Eles decorrem de contratos para aquisição de financiamento imobiliário e foram cedidos pelo valor contábil, registrados em conformidade com as práticas contábeis aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A transferência abrangeu apenas créditos adimplentes. O risco da operação é de responsabilidade da POUPEX, sendo as provisões calculadas e registradas em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Operações de crédito concedidas à FHE – Em julho e em novembro/2018, a POUPEX concedeu financiamentos à Fundação Habitacional do Exército - FHE para construção de unidades habitacionais (Grand Quartier – Brasília-DF e Flamboyant Residence Prime – Goiânia - GO), no valor de R\$ 64.443, garantidos por meio de hipoteca em 1º grau dos terrenos e das benfeitorias, conforme Deliberações POUPEX nºs 26 e 27, de 18 de abril de 2018.

a. As transações com a Instituição de previdência complementar estão divulgadas na Nota Explicativa nº 20.

Os saldos patrimoniais e de resultado das operações com a Fundação Habitacional do Exército – FHE estão assim resumidos:

	31/12/2018				31/12/2017			
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo	
	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Ressarcimento:	31.002	-	-	-	31.641	-	-	-
Folha de pessoal	27.032	-	-	-	28.002	-	-	-
Custo de processamento	3.970	-	-	-	3.639	-	-	-
Depósito especial	-	-	264.690	-	-	-	139.533	-
FHE	-	-	264.690	-	-	-	139.533	-
Financiamentos	-	14.338	-	-	-	-	-	-
Financiamento a empresários	-	14.338	-	-	-	-	-	-
Total	31.002	14.338	264.690	-	31.641	-	139.533	-

Contas de resultado

	2º Semestre	Exercício	
	2018	2018	2017
Ressarcimento - pessoal	103.597	198.974	209.461
Ressarcimento - TI	18.370	36.4	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2018
Valores expressos em milhares de Reais

b.1 Estatística descritiva populacional

Discorreremos, a seguir, sobre a verificação das estatísticas descritivas da massa populacional (participantes, aposentados e pensionistas) vinculada ao Plano Misto de Benefícios POUPEX na data base de 30/11/2018, utilizada nesta Avaliação Atuarial comparativamente àquela utilizada na avaliação anterior, que estava posicionada em 31 de maio de 2018:

Estatística populacional	31/12/2018	31/12/2017
Participantes Ativos	1.235	1.226
Idade Média (anos)	41	40
Participantes Auto patrocinados (*)	9	7
Idade Média (anos)	43	43
Participantes em BPD	6	7
Idade Média (anos)	59	64
Aposentados Válidos	5	5
Idade Média (anos)	73	73
Aposentados Inválidos	10	11
Idade Média (anos)	60	58
Pensionistas (número de beneficiários)	18	17
Idade Média (anos)	45	45

* Não considerado para fins de Avaliação Atuarial.

b.2 Análise da qualidade da base cadastral

A qualidade de base cadastral utilizada para fins das Avaliações Atuariais é fundamental para a obtenção de obrigações atuariais eficientes e não tendenciosas, sendo a análise desta imperiosa para a mitigação da volatilidade de resultados.

A base cadastral posicionada em 30/11/2018 foi submetida à análise de consistência e de suficiência, conforme critérios técnicos pertinentes e, após ratificações da Entidade administradora, julgadas adequadas para fins de Avaliação Atuarial, consoante o Pronunciamento CPC 33 (R1).

b.3 Apuração de Duration do passivo

Uma vez validada a base cadastral, a Consultoria e Assessoria Atuarial - WEDAN promoveu a apuração da Duration (duração) do passivo do Plano Misto de Benefícios POUPEX, considerando as Hipóteses e Premissas Atuariais adotadas na Avaliação Atuarial 2º semestre de 2018, resultando no valor de 13,76 pontos.

Considerando o valor da Duration calculada, promovemos a ponderação financeira entre dois títulos com pontuação análoga, conforme informações disponíveis na ANBIMA, em 31/12/2018 (último dia útil do semestre), auferindo a Taxa Real de Juros em 4,93% ao ano a ser utilizada na presente Avaliação Atuarial.

c. Hipóteses e premissas atuariais

As Hipóteses e as Premissas Atuariais correspondem a instrumentos financeiros, estatísticos e demográficos utilizados pelos atuários para medir o valor presente das obrigações e os deveres futuros, considerando desde as probabilidades decrementais (eventos de morte, sobrevivência, morbidez, invalidez e desligamento), até a expectativa de rentabilidade futura, projeções salariais, ambiente inflacionário, entre outros, observado o que determina o Pronunciamento CPC 33 (R1).

Os cálculos atuariais inerentes a um plano de benefícios regido com características de Benefício Definido – BD têm como base as Hipóteses e as Premissas Atuariais, que envolvem, independentemente do método atuarial de capitalização utilizado, projeções futuras acerca dos parâmetros acima elencados, devendo estes estarem adequados às características do conjunto de participantes/assistidos e ao respectivo Regulamento, conforme legislação previdenciária aplicável. Neste contexto, a Resolução MPS/CGPC nº 18, de 28 de março de 2006, alterada pelas Resoluções MPS/CNPC nº 9, de 29 de novembro de 2012 e MPS/CNPC nº 15, de 19 de novembro de 2014, estabeleceu os parâmetros técnico-atuariais para estruturação dos planos de benefício de caráter previdenciário a serem observados pelas EFPC's, pertinentes aos estudos técnicos de aderência e convergência. Apresentamos, a seguir, as Hipóteses e as Premissas Atuariais utilizadas nesta Avaliação Atuarial, comparativamente a aquela realizada no 1º semestre de 2018:

Hipóteses e premissas atuariais	31/12/2018	31/12/2017
Elegibilidade	Primeira elegibilidade	Primeira elegibilidade
Regime financeiro	Capitalização	Capitalização
Método de financiamento	Crédito unitário projetado	Crédito unitário projetado
Composição familiar		
Ativos	Hx (EXP. POUPEX 2015)	Hx (EXP. POUPEX 2015)
Aposentados	Cadastro individual	Cadastro individual
Crescimento real de salários	3,78%	3,65%
Taxa de rotatividade	GAMA - ROT	GAMA - ROT
Taxa real anual de juros	4,93%	5,40%
Taxa de inflação projetada	4,40% *	4,02%*
Taxa anual de juros	9,55%	9,64%
Expectativa de retorno dos ativos financeiros	9,55%	10,88%
Tábua de entrada em invalidez	MÜLLER	MÜLLER
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 M (Agravada em 100%)	AT-49 M (Agravada em 100%)
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F
Índice de atualização	INPC	INPC
Principais hipóteses atuariais	31/12/2018	31/12/2017
Crescimento real de salários	3,78%	3,65%
Taxa real anual de juros	4,93%	5,40%
Tábua de mortalidade geral	RP-2000 M&F	RP-2000 M&F

(*) Definida pela Patrocinadora.

d. Demonstrativo técnico de resultado

Em conformidade com o Pronunciamento CPC 33 (R1), o Plano Misto de Benefícios POUPEX está segregado em Benefício Definido – (BD) e Contribuição Definida – (CD), conforme a seguir apresentado:

Exercício 2018			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(33.410)	(296.043)	(329.453)
Ativo justo	75.718	296.043	371.761
(Deficit) / Superavit	42.308	-	42.308
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	649	6.815	7.464
Contribuições administrativas	-	-	-
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	649	6.815	7.464
Exercício 2017			
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Obrigações atuariais	(30.296)	(249.289)	(279.585)
Ativo justo	65.692	249.289	314.981
(Deficit) / Superavit	35.396	-	35.396
Itens	Parte BD	Parte CD	Total
Contribuições normais	1.058	6.581	7.639
Contribuições administrativas	22	137	159
Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	1.080	6.718	7.798

d.1 Conciliação dos ativos do plano

	31/12/2018	31/12/2017
Valor do ativo justo no início do período	68.009	60.751
Receita de juros dos ativos	3.545	3.493
Contribuições do patrocinador	649	1.058
Benefícios pagos	(615)	(473)
Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo	4.130	863
Valor do ativo justo no final do período	75.718	65.692

d.2 Conciliação do valor presente da obrigação de BD

	31/12/2018	31/12/2017
Valor da obrigação atuarial no início do período	(28.033)	(28.139)
Custo de juros líquido	(1.601)	(1.771)
Custo do serviço corrente líquido	(1.894)	(1.899)
Benefícios pagos	615	473
Ganhos / (Perdas) sobre a obrigação atuarial	(2.497)	1.040
- Ganhos / (Perdas) decorrentes da experiência	955	2.343
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	190
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudança financeira	(3.452)	(1.493)
Valor da obrigação atuarial no final do período	(33.410)	(30.296)

d.3 Conciliação do efeito do teto do ativo (asset ceiling)

	31/12/2018	31/12/2017
Valor do Efeito do Teto do Ativo no início do período	(39.976)	(32.612)
Receita de Juros sobre o Teto do Ativo	(1.944)	(1.722)
Ganhos / (Perdas) sobre o Teto do Ativo	(388)	(1.062)
Valor do Efeito do Teto do Ativo no final do período	(42.308)	(35.396)

d.4 Reconhecimento na DRE da patrocinadora

	31/12/2018	31/12/2017
Custo do serviço corrente líquido	(1.894)	(1.899)
- Custo do serviço corrente líquido	(1.894)	(1.899)
Custo de juros líquido	-	-
- Custo de juros da obrigação	(1.601)	(1.771)
- Receita de juros dos ativos	3.545	3.493
- Juros sobre o teto do ativo	(1.944)	(1.722)
Total a ser reconhecido	(1.894)	(1.899)

d.5 Reconhecimento em outros resultados abrangentes

	31/12/2018	31/12/2017
Ganhos / (Perdas) sobre o ativo justo	4.130	863
Ganhos / (Perdas) sobre a obrigação atuarial	(2.497)	1.040
- Ganhos / (Perdas) decorrentes da experiência	955	2.343
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudanças biométricas	-	190
- Ganhos / (Perdas) decorrentes de mudança financeira	(3.452)	(1.493)
Ganhos / (Perdas) sobre o teto do ativo	(388)	(1.062)
Total a ser reconhecido	1.245	841

d.6 Reconhecimento no balanço da patrocinadora

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo justo do plano	75.718	65.692
Valor presente da obrigação de benefício definido	(33.410)	(30.296)
Superavit / (Deficit) do plano	42.308	35.296
Efeito do teto do ativo	42.308	(35.296)
Status da obrigação de benefício definido	-	-

Resumos dos lançamentos

Passivo / Ativo reconhecido no início do período	31/12/2018	31/12/2017
Despesa do período (DRE)	(1.894)	(1.899)
Outros resultados abrangentes (ORA)	1.245	841
Contribuições do patrocinador (CAIXA)	649	1.058
Passivo / Ativo reconhecido no final do período	-	-

d.7 Apuração do ativo justo do plano

	31/12/2018	31/12/2017
Realizável	7.028	5.959
Títulos públicos	229.799	187.296
Créditos privados e depósitos	55.849	53.130
Fundos de investimentos	85.989	71.800
Empréstimos	25.621	24.824
Exigível operacional	(4.229)	(3.525)
Fundo previdencial	(24.029)	(20.770)
Fundo administrativo	(7.028)	(5.959)
Fundo de investimentos	(3.582)	(3.146)
Ajuste para mercado	6.343	5.372

Ativo justo total

Parte-BD	75.718	65.692
Parte-CD	296.043	249.289

d.8 Categorias de investimentos dos ativos

	31/12/2018	31/12/2017
Realizável	1,74%	1,74%
Títulos públicos	56,84%	54,60%
Crédito privados e depósitos	13,81%	15,49%
Fundos de investimentos	21,27%	20,93%
Empréstimos	6,34%	7,24%

d.9 Política de investimento dos ativos

A POUPEX (Entidade Administradora do Plano de Benefícios) aplica os recursos financeiros do Plano Misto de Benefícios POUPEX em conformidade com a Política de Investimentos para o quinquênio 2019 - 2023, com revisão anual.

Os princípios, as metodologias e os parâmetros estabelecidos na Política de Investimentos buscam garantir a segurança, a solvência, liquidez e a rentabilidade adequadas e suficientes ao equilíbrio entre ativos patrimoniais e passivo do Plano, bem como evitar exposição excessiva a riscos para os quais os prêmios pagos pelo mercado não sejam atraentes ou adequados aos objetivos do Plano de Benefícios.

No decorrer do exercício, a Política de Investimentos seguiu os ditames da Resolução CMN nº 3.792, de 24 de setembro de 2009, vigente até a publicação da Resolução CMN nº 4.661, de 25 de maio de 2018, que a revogou e estabeleceu novos parâmetros, inclusive quanto à aplicação dos recursos. Permanecem, contudo, como *benchmarks*, ainda, o indexador do Plano, INPC-IBGE (referente aos benefícios em BD) acrescido de 4,50% ao ano, concernente aos juros reais.

Por fim, a Política de Investimentos analisou todos os riscos e adotou as melhores práticas na gestão dos recursos financeiros do Plano.

d.10 Análise de sensibilidade das principais hipóteses

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2018
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+ 0,25%	- 0,25%	+ 0,25%	- 0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(33.894)	(32.989)	(33.855)	(32.983)	(33.468)	(32.468)	(34.400)
Valor justo dos ativos do plano	75.718	75.718	75.718	75.718	75.718	75.718	75.718
Superavit / (Deficit) técnico do plano	41.824	42.729	41.863	42.735	42.250	43.250	41.318

	Tábua Biométrica		Crescimento Salarial		Taxa de Juros		Posição de 31/12/2017
	+ 1 Idade	- 1 Idade	+0,25%	-0,25%	+0,25%	-0,25%	
Montantes do:							
Valor presente da obrigação atuarial do plano	(30.827)	(29.848)	(30.719)	(29.888)	(29.458)	(31.175)	(30.296)
Valor justo dos ativos do plano	65.692	65.692	65.692	65.692	65.692	65.692	65.692
Superavit / (Deficit) técnico do plano	34.865	35.844	34.973	35.804	36.234	34.517	35.396

As análises de sensibilidade acima são baseadas em uma suposição, mantendo todas as outras constantes. Na prática, isso é pouco provável de ocorrer, e as mudanças em algumas das suposições podem ser correlacionadas. Ao calcular a sensibilidade da obrigação de benefício definido de pressupostos atuariais significativos, o mesmo método (valor presente da obrigação de benefício definido, calculado com o método da unidade de crédito projetada no final do período) foi aplicado no cálculo das responsabilidades com o plano reconhecido nesta demonstração de posição financeira do final do período.

d.11 Fluxo atuarial projetado de pagamentos – parte BD

Considerando os valores dos benefícios esperados a ser pagos sem descontar a valor presente:

Valores esperados - Posições	31/12/2018	31/12/2017
Até 1 ano:	1.539	1.237
De 1 ano a 2 anos:	1.825	1.533
De 2 anos a 5 anos:	7.321	6.555
Acima de 5 anos:	118.632	111.866
Total dos pagamentos esperados pelo Plano a valores atuais:	129.317	121.191

Considerando o fluxo de pagamento dos benefícios da parte BD, apurou-se uma Duration para o Plano de Benefícios de 13,76 anos (pontos).

d.12 Projeção de Reconhecimento na DRE do Patrocinador para o próximo semestre

	30/06/2019
Custo do serviço corrente líquido	(2.067)
- Custo do serviço corrente líquido	(2.067)
Custo de juros líquido	-
- Custo de juros da obrigação	(1.756)
- Receita de juros dos ativos	3.700
- Juros sobre o teto do ativo	(1.944)
Total a ser reconhecido	(2.067)

d.13 Contribuições esperadas para o próximo semestre

Itens	Parte BD	Parte CD	Total
- Contribuições normais	679	7.133	7.812
- Contribuições administrativas	-	-	-
- Contribuições extraordinárias	-	-	-
Totais	679	7.133	7.812

21 Gerenciamento de riscos e capital regulatório
a. Processo de Gerenciamento de Riscos e de Capital

O processo de gerenciamento de riscos e de capital da POUPEX possibilita que os eventos sejam identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, e que o capital regulatório seja continuamente monitorado e controlado.

Para isso, a Instituição conta com a atuação da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos (CORCI), vinculada diretamente ao Diretor de Riscos - CRO, representado pelo Vice-Presidente, segregada das demais áreas gerenciais e da Auditoria Interna.

A atuação da CORCI tem como objetivo certificar-se que medidas efetivas de gerenciamento, mensuração e controle de riscos estão sendo realizadas na Instituição.

A Governança compreende o gerenciamento de riscos e de capital como instrumento essencial de gestão, disponibilizando, para tanto, políticas, normas e procedimentos, além de sistema específico de acesso aos dados necessários para a condução das atividades, cujos resultados lhe são evidenciados por relatórios.

Estes instrumentos estabelecem as diretrizes básicas de atuação, em consonância com as normas expedidas pelo órgão regulador, alinhadas com os padrões de integridade, valores éticos e objetivos estratégicos da POUPEX.

Os normativos asseguram que a Instituição mantenha estrutura de controle compatível com a natureza de suas operações e o nível de complexidade dos seus produtos e serviços, atividades, processos, sistemas, bem como a dimensão de sua exposição aos riscos.

Em fevereiro de 2018 passou a vigor a Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional – (CMN), que estipulou incremento na estrutura de gerenciamento de riscos e de capital, destacando-se a constituição de Comitê de Riscos – CORIS e a indicação, junto ao Banco Central – (BACEN), do diretor para gerenciamento de riscos (*Chief Risk Officer* – CRO).

O Comitê de Riscos - CORIS tem por objetivo assessorar o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital, assim como avaliar os níveis de apetite por riscos fixados na Declaração de Appetite a Riscos (RAS), propor recomendações ao Conselho de Administração sobre políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos e capital, programa de teste de estresse, política de continuidade de negócios, planos de contingência de capital e liquidez e plano de capital de maneira independente. As informações relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital são disponibilizadas na *intranet*, no sentido de preservar a cultura de transparência das atividades desenvolvidas.

O relatório anual de gerenciamento de riscos e de capital é aprovado pela Administração Superior e, na sequência, publicado na página da Instituição na *internet*, em <http://www.poupe.com.br/institucional/gestao-de-riscos>.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - 2º Semestre e Exercício de 2018
Valores expressos em milhares de Reais

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito da POUPEX abrange tanto a carteira de Financiamento Imobiliário quanto a de Aplicações Financeiras, sendo compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos seus produtos e a dimensão da sua exposição a esta categoria de risco.

A mensuração é realizada valendo-se da base de dados dos sistemas institucionais para calcular o montante provisionado, os valores baixados e recuperados de prejuízo, o detalhamento da exposição da carteira imobiliária por setor econômico e por região geográfica, o monitoramento da qualidade da carteira de financiamento imobiliário, o comportamento da inadimplência dessa carteira, a segregação por forma de pagamento (boleto, débito em conta corrente e consignação) e por *status* contábil (normal, anormal e prejuízo), o comparativo da inadimplência com o mercado, o acompanhamento da inadimplência por tipo de garantia e a verificação da aderência à Resolução CMN nº 2.682, de 21 de dezembro de 1999.

Adicionalmente, a partir de informações gerenciais apropriadas, a POUPEX monitora o risco da contraparte intermediadora, que corresponde aos recursos repassados por entidades consignantes, com as quais a Instituição mantém convênios, originados de descontos realizados na folha de pagamento dos servidores que contratam os produtos da Instituição.

A carteira de crédito é avaliada regularmente em termos de sua qualidade, sendo alcançada com o acompanhamento dos limites de exposição de riscos definidos conforme regulamentação do CMN e do BACEN. A comunicação dos resultados do gerenciamento de risco de crédito é realizada por relatórios à Governança.

c. Risco de Mercado

O Gerenciamento de Risco de Mercado consiste em monitorar os riscos decorrentes das flutuações dos valores de mercado de posições mantidas pela Instituição. Para a POUPEX, as oscilações podem ser resultantes das variações das taxas de juros e dos índices de preços.

As atividades de mensuração, monitoramento e controle das exposições são realizadas pela CORCI, que tem a responsabilidade de submeter a revisões periódicas os processos de gerenciamento e controle, a fim de mantê-los alinhados ao mercado e aderentes ao processo de melhoria contínua.

O Gerenciamento do Risco de Mercado abrange as posições mantidas pela Instituição, compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição correspondente, não havendo na carteira títulos disponíveis para negociação.

O controle desse risco é realizado com base na segregação por Fatores de Riscos (FR) das operações, ativas e passivas, que estão sujeitas às variações das taxas referenciadas em TR, CDI, SELIC, IPC-A e IGP-M, e que são calculados de acordo com o estabelecido pelo BACEN.

Utiliza-se o Fluxo de Caixa Descontado para mensuração da exposição da carteira de títulos disponíveis para venda, sendo os testes de estresse mensurados de acordo com o estipulado pelo BACEN.

Devido à característica conservadora de administração de recursos, a POUPEX não opera com carteira *Trading*, que são operações destinadas à revenda, mantendo reduzida a exposição ao Risco de Mercado.

Por fim, os procedimentos adotados neste gerenciamento encontram-se consonantes com os regulamentos estabelecidos pelo Órgão Regulador e as normas internas da Instituição.

d. Risco de Liquidez

O Risco de liquidez é definido como a possibilidade de a Instituição não honrar suas obrigações, esperadas e inesperadas, correntes e futuras, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

O processo de gerenciamento de Risco de Liquidez é realizado com base no comportamento do fluxo de caixa e no monitoramento do resultado de sua disponibilidade, além da realização periódica de testes de estresses.

A POUPEX detém baixa exposição a este risco em função da relevância do aplicado em operações com disponibilidade imediata, e possui plano de contingência com procedimentos específicos para fazer frente a eventual caso de crise de liquidez.

Deu-se continuidade à possibilidade de o público em geral investir em Letras de Crédito Imobiliário - (LCI) ofertadas pela POUPEX, que se constituem em títulos de renda fixa, com o objetivo de favorecer, de forma crescente, o desempenho financeiro da POUPEX.

Esse tipo de operação amplia as disponibilidades da Instituição para aplicação em operações que resultem na formação de resultados satisfatórios e crescentes. O Plano de Contingência, as Normas e Políticas referentes a este risco são submetidos a revisões periódicas pela Governança.

e. Risco Operacional

O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos que impactem na realização dos objetivos estratégicos, táticos ou operacionais, incluindo o risco legal associado a contratos firmados pela Instituição, com sanções estabelecidas em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações a terceiros por danos decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

Os princípios básicos adotados internamente e aprovados pela Governança, na gestão e no controle do Risco Operacional, foram estabelecidos em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017. O gerenciamento de Risco Operacional está vinculado ao Sistema de Controles Internos - (SCI) e possui papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a confirmar a segregação entre as atividades de negócio, gestão e controle, o que assegura a independência entre as áreas e, consequentemente, contribui para que se encontrem parâmetros equilibrados em relação aos riscos dessa natureza, inclusive na prevenção ao conflito de interesses.

A Instituição tem estabelecida uma Diretriz-Geral da Presidência que orienta para o aprimoramento contínuo dos procedimentos que se vinculam ao gerenciamento de riscos, caracterizado pela descentralização das ações executadas pelas áreas de negócio e pelo monitoramento realizado pela CORCI.

Os eventos de Risco Operacional reconhecidos pela Instituição são aqueles relacionados na Resolução citada, além de outros que eventualmente mereçam enquadramento diferenciado. A Instituição conta com Planos de Continuidade dos Negócios e de Contingência de Tecnologia da Informação – TI.

f. Capital Regulatório

O Patrimônio de Referência - PR é a medida de capital regulamentar utilizada para verificar o cumprimento dos limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Essas Instituições devem manter, permanentemente, valor de PR compatível com os riscos de suas atividades, cuja metodologia segue os procedimentos estabelecidos na Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.

O PR corresponde à soma do Nível I e do Nível II, sendo o Nível I segmentado em Capital Principal e Capital Complementar. O Capital Nível I é considerado como de melhor qualidade, que representa recursos próprios sem vinculação com terceiros, capaz de absorver perdas durante o funcionamento da instituição, enquanto que o Nível II tem por finalidade assimilar as perdas, se constatada a inviabilidade da instituição.

A adequação dos requerimentos mínimos de PR da Instituição é acompanhada mensalmente por intermédio da elaboração do Demonstrativo de Limites Operacionais - (DLO), expresso na forma de índices e limites.

A determinação do Bacen é que as instituições financeiras mantenham permanentemente capital (Patrimônio de Referência) e adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades. Os riscos são representados pelo Ativo Ponderado pelo Risco - RWA (*Risk-Weighted Asset - RWA*), que é calculado considerando, no mínimo, a soma das parcelas de Riscos de Crédito, Mercado e Operacional.

A Instituição atende à determinação do BACEN para a manutenção permanente de capital (Patrimônio de Referência) e de adicionais de capital principal (Conservação e Contracíclico) compatíveis com os riscos de suas atividades. A POUPEX optou pela Abordagem do Indicador Básico (*Basic Indicator Approach – BIA*) como metodologia para a apuração da parcela do RWA, relativa ao cálculo do capital requerido para o risco operacional, mediante abordagem padronizada (RWA_{OPAD}), conforme mensagem eletrônica nº 108048383, transmitida por meio do SISBACEN, em 26 de maio de 2008.

O cálculo do PR da POUPEX encontra-se detalhado a seguir:

Patrimônio de Referência (PR) Base de Cálculo - em R\$ mil	31/12/2018 Exposição	31/12/2017 Exposição
Patrimônio de Referência Nível I	722.436	675.507
Capital Principal (CP)	722.436	675.507
Reservas de Capital, Reavaliação e de Lucros	1.035.172	996.095
Ajustes de Avaliação Patrimonial*	4.493	(4.121)
Sobras ou Resultados acumulados	-	-
Contas de Resultado Credoras	-	-
Contas de Resultado Devedoras	-	-
Ajustes Prudenciais Exceto Partic. Não Coligadas e Créd. Tributário	317.228	316.467
Capital Principal Ajustado II	722.436	1.308.441
Patrimônio de Referência Nível II	-	-
TOTAL DO PR = Nível I (+/-) Nível II	722.436	675.507

*Somatório dos saldos das contas do Patrimônio Líquido representativas dos ganhos não realizados decorrentes dos ajustes de avaliação patrimonial. O saldo será zero se houver ganhos não realizados. **BN: alínea “a”, inc. II do art. 4º da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013.**

A Resolução CMN nº 4.553, de 23 de fevereiro de 2017, qualificou as instituições financeiras em categorias, entre S1 e S5, para fim de aplicação proporcional da regulamentação prudencial, considerando o porte e a atividade internacional que compõem cada segmento, tendo a POUPEX sido enquadrada no Segmento 3 (S3), que é composto pelas instituições cujo ativo total seja igual ou superior a 0,1% (um décimo por cento) e atinja no máximo 1% (um por cento) do Produto Interno Bruto – (PIB).

Ajustes Prudenciais deduzidos do Capital Principal

Os ajustes prudenciais são deduções do Capital Principal de elementos patrimoniais que podem comprometer a qualidade do Capital Principal, em decorrência de sua baixa liquidez e difícil avaliação, ou que dependam de lucro futuro para serem realizados.

A partir de janeiro de 2016, em obediência ao art. 11 da Resolução CMN nº 4.192, de 1º de março de 2013, a POUPEX passou a deduzir os ajustes prudenciais do Capital Principal, equivalente à aplicação de percentual sobre o saldo dos ativos intangíveis, que em 2017 representou 80%, tendo se alterado para 100% em 2018.

O Capital Principal é também ajustado pelo montante dos investimentos em Letras Financeiras Subordinadas (LFSN), que são consideradas instrumentos de captação emitidos por instituições, elegíveis a compor o Nível II nos termos das Resoluções CMN nºs 4.123 e 4.192, de 23 de agosto de 2012 e de 1º de março de 2013, respectivamente. Este ajuste reduz o PR da Instituição.

Índice de Basileia:

Considerando as recomendações do Comitê de Basileia, o BACEN estabeleceu limites operacionais a serem observados pelas instituições financeiras, entre os quais se destacam o Índice de Basileia (IB), Índice de Capital Principal (ICP) e o Índice de Capital Nível I (INI).

O IB é determinado pela razão entre o PR e o RWA, que não deve ser inferior ao exigido pelo órgão regulador, como estabelecido pelo artigo 4º da Resolução CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013.

No Brasil, a aplicação dos Acordos de Basileia envolveu maior rigor regulatório em relação aos padrões internacionais, já que, no Acordo de Basileia I, o BACEN definiu em 11% o fator de ponderação de risco aplicado ao RWA, enquanto os padrões internacionais sugeriam 8%.

O BACEN determinou que o requerimento mínimo de PR convergisse aos padrões internacionais paulatinamente, retroagindo dos 11% para 8% entre 2015 e 2019. Em contrapartida, introduziu, também gradualmente, três colchões de capital, que formam o Adicional de Capital Principal (ACP), sendo: de conservação, contracíclico e sistêmico, este último não aplicável à POUPEX.

Esses fatores estão reunidos numa única rubrica do Documento de Limites Operacionais - DLO, intitulada Adicional de Capital Principal, e têm suas alíquotas elevadas progressivamente, a partir de 2016 até 2019, que deverão ser somados aos elementos de capital. Além disso, previu:

I – metodologia de apuração do capital regulamentar, segregado nos Níveis I e II, estando a Instituição alcançada apenas pelo Nível I;

II – metodologia de apuração da exigência de manutenção de capital, adotando requerimentos mínimos de PR, de Nível I e de Capital Principal, e introdução do Adicional de Capital Principal.

Com a adoção de Basileia III, o órgão regulador fez convergir os requerimentos aplicados no Brasil aos padrões internacionais, exigindo das Instituições a manutenção de índice mínimo no intervalo de 11% a 13%, conforme demonstrado a seguir.

Descrição	2016	2017	2018	2019
Patrimônio de Referência – PR*	9,875%	9,25%	8,625%	8,0%
Adicional de Capital (ACP)	1,25%	2,5%	3,75%	5,0%
ACP-Conservação	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
ACP-Contracíclico	0,625%	1,25%	1,875%	2,5%
Requerimento de Capital	11,13%	11,75%	12,38%	13,0%

* O Patrimônio de Referência, o Capital Principal e o Capital de Nível I da Instituição possuem o mesmo valor. Na POUPEX, os Índices de Capital foram apurados segundo critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nºs 4.192 e 4.193, de 1º de março de 2013, que tratam, respectivamente, do cálculo do PR e dos Requerimentos Mínimos de PR em relação ao montante do RWA. O quadro a seguir detalha a distribuição dos índices relacionados à Instituição.

	31/12/2018 Exposição	31/12/2017 Exposição
Descrição		
Índice de Basileia	25,79	23,83
Índice de Capital Principal – ICP	25,79	23,83
Índice de Nível I – INI	25,79	23,83
Índice de Imobilização	3,02	5,86

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARAKEN DE ALBUQUERQUE Presidente	ERON CARLOS MARQUES Vice-Presidente
RICARDO BARBALHO LAMELLAS Secretário	JOSÉ LUIZ DE PAIVA Conselheiro
ORLANDO HUMBERTO COSTA JUNIOR Conselheiro	PAULA LUCIANA VIANA DA SILVA LIMA MAZANÉK Conselheira

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE

JOSIANE RODRIGUES NEIVA
Contadora - CRC-DF 009.841/O-7

SÍNTESE DO GERENCIAMENTO DE RISCOS E DE CAPITAL - 2º SEMESTRE/2018

A POUPEX está regida na forma de Associação de Poupança e Empréstimo – APE, participe do Sistema Financeiro Habitacional – SFH, e adota as melhores práticas de mercado no gerenciamento dos riscos e de capital, em observância às diretrizes estabelecidas por sua Governança. Conta com a atuação da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, vinculada ao Vice-Presidente, que é o Diretor de Riscos – CRO da Instituição.

Esse gerenciamento está pautado nas políticas, normas e procedimentos que servem de balizador para as atividades conduzidas, em que estão indicadas as diretrizes de atuação e a obediência aos padrões de integridade e ética garantidores do nível de transparência dos registros efetivados nas demonstrações financeiras e nos relatórios publicados.

A estrutura desenvolvida pela POUPEX está ajustada para fazer frente à natureza de suas operações, ao nível de complexidade de seus produtos e serviços e às características das atividades, processos e sistemas, no sentido de avaliar a proporção de sua exposição aos riscos financeiros e operacional.

Internamente, o gerenciamento de riscos e de capital realiza mapeamento dos eventos de risco tanto interna quanto externamente, o que permite que se avaliem as oportunidades e ameaças às operações conduzidas pela Instituição, prioritariamente aquelas que possam afetar de maneira relevante as estratégias e objetivos traçados, e se incrementem procedimentos de controle para as situações identificadas.

A CORCI conta com equipe de analistas especializada na condução do gerenciamento de riscos e de capital da POUPEX, sobretudo por sua característica peculiar de APE, que possui ordenamento particular na captação e aplicação dos recursos; o Risco de Crédito atua no monitoramento da carteira imobiliária, procedendo a avaliações diversas quanto à inadimplência e níveis de provisionamento.

O Risco de Mercado avalia as posições ativas e passivas no sentido de acompanhar as flutuações de valores de mercado em relação às posições mantidas pela Instituição. O Risco de Liquidez é gerenciado pelo acompanhamento do fluxo de caixa e consequente resultado das disponibilidades, contando com testes de estresses para avaliar as movimentações correspondentes.

Avalia-se o Risco Operacional de forma integrada com o Sistema de Controles Internos – SCI, uma vez que os processos operacionais identificados como merecedores de aprimoramento recebem tratamento pontual e tempestivo, no mínimo para evitar a reincidência de eventos que possam comprometer a obtenção dos resultados planejados. O resultado desse levantamento é a elaboração de uma Matriz de Risco.

O processo de gerenciamento do capital está alinhado ao planejamento estratégico e contém o plano de capital, que prevê metas e projeções, como também principais fontes de capital, consolidando simulações e projeções do capital da Instituição, tendo por referência as diretrizes estratégicas, os impactos decorrentes de variações, tendências do ambiente econômico e de negócios e as alterações regulamentares.

A cultura de gerenciamento de riscos e de capital ocorre pela disponibilização das políticas ao corpo funcional, e os Relatórios de Riscos descrevem a estrutura utilizada para o monitoramento contínuo das exposições inseridas nas operações, estando publicados na página da POUPEX na *Internet* (www.poupex.com.br).

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2018.

PEDRO DE MOURA NETO

Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, em exercício

SÍNTESE DA ESTRUTURA DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS - 2º SEMESTRE/2018

A POUPEX traduz sua estrutura de controles internos pelo estabelecimento de políticas e normas próprias que visam a garantir segurança operacional na condução das atividades. O ambiente de controle da Instituição conta com aspectos relacionados à segregação de funções, à prevenção ao conflito de interesses e aos crimes de lavagem de dinheiro, ao gerenciamento de riscos e de capital, ao mapeamento de processos, às atualizações correspondentes ao ambiente de tecnologia da informação – TI, à atuação de comitês e à preservação dos aspectos éticos.

Os normativos que regulam as atividades têm como destaque a abordagem gerencial, estando disponíveis para consulta pelo corpo funcional, o que contribui para a divulgação das premissas que regem as atividades realizadas internamente. Destacam-se, nesse contexto, os manuais internos gerenciados por uma área específica, cujos conteúdos permitem aos gestores atuação direcionadas para o melhor aproveitamento das operações que conduzem.

Entre os normativos regulamentares, destaca-se o que se refere às Competências e Alçadas Decisórias, em que constam a relação dos procedimentos possíveis de serem adotados por cada Gerência e os correspondentes limites de desembolso, evitando a sobreposição de tarefas e a extrapolação das autorizações de pagamento.

A Governança caracteriza-se pela adoção de práticas modernas de gestão, com ênfase para o processo de tomada de decisões, que ocorre sempre em Colegiado, seja pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração, preservando o interesse maior da Instituição. Da mesma forma, o corpo gerencial reúne-se mensalmente com o propósito mínimo de avaliar as demonstrações financeiras e a análise de desempenho quanto aos resultados alcançados.

A POUPEX conta com a atuação do Sistema de Controles Internos – SCI, que prevê núcleo formado por três áreas vinculadas à Vice-Presidência, cujo titular também responde como Diretor de Riscos – CRO. Nessa estrutura, a Consultoria de Gestão Organizacional – COGEO é a responsável pelo mapeamento dos processos e a gestão dos normativos, a Ouvidoria – OUID pelo registro oriundo dos clientes, e a Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI pela coordenação das atividades do SCI.

As reuniões do SCI têm periodicidade definida, cujo cronograma está publicado na *intranet* corporativa, tendo abordagem que se reveste de forma simultânea a de um comitê de riscos operacionais, uma vez que ali são tratados eventos que possam comprometer o cumprimento dos objetos e a obtenção dos resultados planejados. Nessas ocasiões, são avaliadas as oportunidades para implementação de procedimentos de controles internos.

Os gestores têm participação nas reuniões bimestrais, uma vez que representam as áreas em que são conduzidas as operações e, portanto, merecedoras da atenção do núcleo do SCI, no mínimo para promover aprimoramento das rotinas de trabalho e das metodologias utilizadas, inclusive para o que se refere às ferramentas de TI.

A Auditoria Interna tem papel importante no funcionamento do SCI, considerando ser a área responsável por conduzir verificações *in loco*, momento em que são avaliadas as condições em que estão inseridos os procedimentos de controles internos, incluindo o grau de confiança quanto à efetividade na prevenção a eventos de riscos.

O SCI participa das reuniões do Comitê de Auditoria – COAUD e tem suas atividades atreladas à estrutura de conformidade para evitar que a Instituição conduza suas operações em descumprimento aos normativos emanados principalmente pelo órgão regulador, sem deixar de considerar os originados internamente, por orientação da Governança.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2018.

PEDRO DE MOURA NETO

Gerente Executivo da Coordenadoria de Riscos e Controles Internos – CORCI, em exercício

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018

Conforme Regimento Interno do Comitê de Auditoria da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, com sede na Av. Duque de Caxias, s/nº – Setor Militar Urbano – CEP 70.630-902 – Brasília - DF os membros do Comitê vêm apresentar seu Relatório Resumido referente ao exercício de 2018.

ATIVIDADES DO COMITÊ:

O Comitê realizou várias reuniões referentes ao exercício de 2018, nas quais os seguintes trabalhos foram desenvolvidos:

- a) Revisou e considerou adequado o plano de trabalho do auditor independente para elaboração de auditoria externa independente;
- b) Supervisionou as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar (I) a sua independência; (II) a qualidade dos serviços prestados; e (III) a adequação dos serviços prestados às necessidades da Associação;
- c) Supervisionou as atividades da área de auditoria interna; de controles internos da Associação, bem como discutiu com a administração e os auditores independentes da Associação a respeito da efetividade e adequação dos seus controles internos;

d) Revisou e considerou adequado o processo de monitoramento de riscos reportados pela área de controles internos da Associação;

e) Supervisionou as atividades da área de elaboração das demonstrações financeiras da Associação, bem como revisou as análises e premissas utilizadas pela administração e corroboradas pelos auditores independentes da Associação para a elaboração de suas demonstrações financeiras;

f) O COAUD esteve presente na discussão quanto à provisão dos créditos oriundos dos “contratos desequilibrados” que gerou o lançamento nessa conta, no mês de dezembro/2018, do valor de R\$ 33.600 mil.

Em reunião com a presença da KPMG Auditores Independentes e da Auditoria Interna (AUDIP), o COAUD tomou conhecimento do parecer sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados e recomendando sua aprovação pelo Conselho de Administração da Associação.

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2018

Durante o curso dos trabalhos, não houve situação de divergência significativa entre a administração da Associação, os auditores independentes e o Comitê em relação a tais demonstrações financeiras.

CONCLUSÃO

Com base nos trabalhos desenvolvidos, este Comitê recomenda a aprovação pelo Conselho de Administração das demonstrações financeiras auditadas da POUPEX – ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO, para o exercício de 2018.

Brasília-DF, 20 de março de 2019.

Gen. Claudio Rogerio Pinto
 Membro do COAUD – Coordenador

Ricardo José Andrade Leite Viana
 Membro do COAUD

José de Castro Neves Soares
 Membro do COAUD

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao (s)
 Conselho de Administração, Associados e Administradores da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX
 Brasília – DF

Introdução
Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX (“POUPEX”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação de Poupança e Empréstimo – POUPEX, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à POUPEX, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da administração da POUPEX, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e está sendo apresentada espontaneamente pela POUPEX, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da POUPEX. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da POUPEX é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração

de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a POUPEX continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a POUPEX, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da POUPEX são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da POUPEX.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da POUPEX. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a POUPEX a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 21 de março de 2019


KPMG Auditores Independentes
 CRC SP-014428/O-6 F-DF

Gustavo Mendes Bonini
 Contador CRC SP-296875/O-4